

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
564044/06-4



TAM S/A
CNPJ/MF nº 01.832.635/0001-18
NIRE 35.300.150.007
(Companhia Aberta)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2006

Data, Hora e Local: 07 de julho de 2006, às 10:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Avenida Jurandir nº 856, Lote 04, Hangar 7, 1º andar, Jardim Ceci, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Presença: Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Mesa: Noemy Almeida Oliveira Amaro, Presidenta da mesa e do Conselho de Administração da Sociedade; Luiz Cláudio Mattos de Aguiar, Secretário.

Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo segundo do artigo 23 do estatuto social da Sociedade, em face do comparecimento de todos os Conselheiros.

Ordem do Dia e Deliberações Tomadas por Unanimidade: Após a análise dos documentos em pauta e do parecer favorável do Conselho Fiscal emitido nesta mesma data e lavrado em livro próprio, o Conselho de Administração da Sociedade, por unanimidade:

(A) Aumento do Capital Social - Em consonância com o artigo 6º do Estatuto Social, aprovar o aumento do capital social da Sociedade, dentro do limite do capital autorizado, em R\$486.774.789,41 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), passando de R\$188.225.210,59 (cento e oitenta e oito milhões, duzentos e vinte e cinco mil, duzentos e dez reais e cinquenta e nove centavos) para R\$675.000.000,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais), sem emissão de novas ações, através da capitalização dos valores da conta ágio de emissão de ações mantida em reserva de capital. Foi aprovada a nova redação do artigo 5º do estatuto social: "**Artigo 5º** - O capital social, subscrito e integralizado, totaliza R\$675.000.000,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais), dividido em 150.563.341 (cento e cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e uma) ações, sendo 59.794.845 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco) ações ordinárias e 90.768.496 (noventa milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e

seis) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Sociedade.”

(B) Programa de Distribuição Pública de Debêntures e 1ª Emissão Pública de Debêntures no âmbito do Programa - Os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme previsto no artigo 59, §1º da Lei 6.404/76, deliberaram:

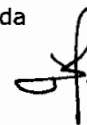
1.1. Aprovar o arquivamento de Programa de Distribuição Pública de Debêntures (“Programa”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor total de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), ficando a Diretoria da Companhia autorizada a (i) tomar todas as medidas cabíveis para efetivar o Programa incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários ao arquivamento do Programa perante a CVM, e (ii) negociar e celebrar os documentos necessários ao referido arquivamento.

1.1.1. Por ocasião de cada emissão dentro do Programa, a Companhia poderá outorgar às instituições intermediárias a opção de distribuição de lote suplementar de debêntures correspondentes a até 15% das debêntures então ofertadas, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM n. 400/03.

1.1.2. A quantidade de debêntures de cada emissão a ser distribuída dentro do Programa poderá, a critério da Companhia, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos de referida emissão ser aumentada até o montante que não exceda em 20% a quantidade de debêntures então ofertadas, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM n. 400/03.

1.2. Aprovar a 1ª emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme, não solidária, em série única, de 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com garantia fidejussória da TAM Linhas Aéreas S/A, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (“Debêntures”), observadas as condições mencionadas no item 1.2.3. abaixo.

1.2.1. A Companhia poderá outorgar às instituições intermediárias a opção de distribuição de lote suplementar de debêntures correspondentes a até 15% das Debêntures inicialmente ofertadas na 1ª Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM n. 400/03.



1.2.2. A quantidade de Debêntures da 1ª Emissão a ser distribuída poderá, a critério da Companhia, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da emissão ser aumentada até o montante que não exceda em 20% a quantidade de Debêntures inicialmente emitida, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM n. 400/03.

1.2.3. Aprovar as condições da 1ª Emissão, conforme segue:

a. Quantidade de Debêntures e Número de Séries. Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, em uma única série.

b. Montante Total da 1ª Emissão. O montante total da emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), podendo ser acrescida observada as condições dos itens 1.2.1. e 1.2.2. acima.

c. Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia nem preferência), com garantia fidejussória da TAM Linhas Aéreas S/A e terão a forma nominativa escritural.

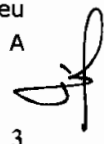
d. Valor Nominal das Debêntures. O valor nominal unitário das Debêntures, em 01 de agosto de 2006 ("Data de Emissão"), será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

e. Forma de Subscrição e Prazo de Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

f. Prazo e Data de Vencimento. O prazo das Debêntures é de 6 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de agosto de 2012.

g. Amortização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 03 parcelas anuais e sucessivas, sendo os pagamentos realizados da seguinte forma: 1/3 em 01 de agosto de 2010, 1/3 em 01 de agosto de 2011 e o saldo remanescente em 01 de agosto de 2012.

h. Remuneração das Debêntures. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos semestralmente. A



3


taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 104,5 % (cento e quatro inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano ("Remuneração").

i. Repactuação e Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá repactuação nem resgate antecipado facultativo das Debêntures.

j. Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, não solidária, para a totalidade das Debêntures, excluídos o lote suplementar e as debêntures adicionais conforme previsto nos itens 1.2.1 e 1.2.2. acima. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 1ª Emissão, com expressa anuência da Companhia, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme regras vigentes no país.

1.2.4 Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a 1ª Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da 1ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e o registro da 1ª Emissão perante a CVM.

(C) Aprovação Voto na Assembléia Geral Extraordinária da TAM Linhas Aéreas S/A - aprovar o voto a ser proferido pela sociedade, na qualidade de acionista, na Assembléia Geral Extraordinária da TAM Linhas Aéreas S/A, a ser realizada no dia 07 de julho de 2006, de cuja ordem do dia consta a seguinte matéria: "Aprovar a concessão de garantia fidejussória a favor da sua controladora TAM S/A, na realização da 1ª emissão de debêntures, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme, não solidária, em série única, de 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie sem garantia nem preferência (quirografia), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na



4

data de emissão, perfazendo o montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), observadas as condições apresentadas.”

Leitura, Lavratura e Encerramento da ata: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidenta deu por encerrada a reunião do conselho de administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. São Paulo, 07 de julho de 2006. Noemy Almeida Oliveira Amaro, Presidenta; Luiz Cláudio Mattos de Aguiar, Secretário. Conselheiros: Noemy Almeida Oliveira Amaro, Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato, Maurício Rolim Amaro, Henri Philippe Reichstul, Luis Antônio Corrêa Nunes Viana Oliveira, Adalberto de Moraes Schettert, Roger Ian Wright e Waldemar Verdi Júnior. Confere com o original, lavrado em livro próprio.


Luiz Cláudio Mattos de Aguiar
Secretário

